



CNJ avalia 111 propostas para implantar juiz das garantias

20/01/2020

O Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que está responsável pela elaboração de estudos sobre os efeitos da aplicação da lei "anticrime" ([Lei 13.964/19](#)) nos órgãos do Poder Judiciário vai se debruçar sobre 111 propostas recebidas de todo o país. A consulta pública terminou no último dia 10.

Magistrados participaram com 77 propostas que auxiliam a implantação do juiz das garantias. Entre elas, que juízes federais com competência criminal sejam designados para cumprir o papel, de modo regionalizado, com atos realizados por meio de videoconferência.

Houve 27 participações de tribunais, que trouxeram, entre outras, a sugestão de criação de centrais de inquérito regionais, com competência para a análise do flagrante até o recebimento da denúncia, inclusive para realizar audiência de custódia.

E sete instituições e associações jurídicas também participaram da consulta. Dentre as propostas, estão as de que o juiz de garantias acumule a função de juiz de custódia e sua função seja exercida nos pólos sede das diversas circunscrições em que o estado é repartido. Para isso, destacam a necessidade de se priorizar a digitalização de todos os feitos criminais em andamento, uma vez que o processo eletrônico não é ainda uma realidade em todas as comarcas e subseções.

Até 29 de fevereiro, o Grupo de Trabalho vai elaborar o relatório com a proposta de regulamentação, que será avaliada pelo Plenário do CNJ em março.

Anteriormente, o CNJ divulgou que seriam [99 sugestões](#) recebidas, mas que "esse número final (111)" foi apurado "após o devido tratamento e sistematização dos dados da consulta pública". *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-jan-20/cnj-avalia-111-propostas-implantar-juiz-garantias/>